

-----Ata N.º 53-----

----- Aos 5 de novembro de 2018, pelas 14,30 horas, reuniu, nas instalações do Banco, sitas no Edifício 8 do TagusPark, Av. Prof. Doutor Cavaco Silva, em Porto Salvo, Oeiras, a Assembleia Geral de Acionistas do Banco Comercial Português, S.A. (Banco ou BCP), sociedade aberta, com sede na Praça D. João I, 28, no Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e identificação fiscal 501.525.882 e o capital social de 5.600.738.053,72 euros. -----

----- A respetiva Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa, que esteve nela acompanhado pelo Vice-Presidente, Dr. Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo, e pela Secretária da Sociedade, Dra. Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral, que secretariou a reunião. -----

----- Estiveram presentes membros do Conselho de Administração, incluindo todos os membros das Comissões de Auditoria e Executiva e o Revisor Oficial de Contas. -----

----- Foi organizada lista de presenças que ficará arquivada junto da presente ata. -----

----- O Presidente da Mesa iniciou os trabalhos, cumprimentando os membros dos órgãos sociais presentes, nomeadamente o Presidente do Conselho de Administração, o Presidente da Comissão Executiva, os Acionistas e todos os Colaboradores envolvidos na preparação da Assembleia Geral. -----

----- Informou que tivera a oportunidade de observar o regular cumprimento dos procedimentos relativos à convocação da Assembleia e ao direito dos Acionistas à informação prévia, tendo declarado que a Assembleia se encontrava em condições de validamente reunir e deliberar. -----

----- Seguidamente, o Presidente da Mesa alertou para a documentação distribuída a todos os acionistas presentes, incluindo cópias da convocatória, das propostas em votação, dos estatutos com as alterações propostas assinaladas e da síntese das regras de funcionamento da Assembleia incluindo processo de votação. -----

-----Declarou ainda que estavam devidamente representados acionistas detentores de 62,061365% do capital social, estando em consequência reunido o quórum suficiente para a Assembleia poder legalmente reunir e deliberar, pelo que deu início aos trabalhos. -----

----- A Assembleia foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**Ponto Um** – Deliberar sobre a alteração do contrato de sociedade, por modificação do n.º 2 do artigo 54º dos Estatutos do Banco. -----

-----**Ponto Dois** – Reformular as rubricas do capital próprio com a finalidade especial do reforço inequívoco de condições futuras de existência de fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, mediante redução da cifra do capital social em 875.738.053,72 euros, sem alteração do número de ações (sem valor nominal) existentes e sem alteração da situação líquida, com consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade. -----

----- Antes de dar início à Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, Dr. Nuno Amado, e ao Presidente da Comissão Executiva, Dr. Miguel Maya. -----

----- Na sua intervenção, o Presidente do Conselho de Administração, Dr. Nuno Amado fez uma resenha dos factos que considerou mais relevantes para fundamentar a proposta de alteração dos Estatutos do Banco em apreciação. -----

----- O Presidente do Conselho de Administração referiu que as propostas a submeter aos acionistas permitem a reestruturação dos capitais próprios, criam condições para futura distribuição de dividendos e, ainda, permitem ponderar a compensação das reduções salariais que vigoraram em por força do Plano de Reestruturação do Banco. -----

----- A terminar a intervenção, o Dr. Nuno Amado sublinhou a necessidade do reforço do negócio, a consolidação do modelo de *Governance* e a preparação do futuro do Banco. -----

----- Seguidamente, o Presidente da Comissão Executiva, Dr. Miguel Maya, saudou todos os presentes, com particular destaque para os senhores acionistas e apresentou nota que foi sendo projetada para a sala sobre: i) o percurso do Grupo até ao 1.º semestre de 2018; ii) uma breve apresentação do Plano Estratégico para o período de 2018-2021; e iii) a explicação das propostas apresentadas à Assembleia Geral, ficando o documento de suporte anexo à presente ata e dela fazendo parte integrante. -----

----- A terminar a sua intervenção, o Dr. Miguel Maya informou que, no passado dia 2 do corrente mês de novembro, o Banco fora informado dos resultados do processo de *Stress Test* realizado na União Europeia em 2018 aos maiores bancos da área do Euro e que os resultados alcançados pelo Banco haviam sido bastante positivos. -----

----- A concluir, reforçou o facto de a reformulação das rubricas do capital próprio proposta respeitar os normativos legais aplicáveis e permitir que o Banco passe a apresentar de resultados distribuíveis. -----

----- Em seguida, o Presidente da Mesa informou que iria colocar a debate o **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos – “**Deliberar sobre a alteração do contrato de sociedade, por modificação do n.º 2 do artigo 54º dos Estatutos do Banco**”. -----

----- Transcreve-se em seguida a proposta relativa ao **Ponto Um** da Ordem de trabalhos, subscrita pelo Conselho de Administração: -----

----- **“Considerando que:** -----

----- **A.** O Regulamento (EU) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de junho (CRR) dispõe que os elementos de fundos próprios principais de nível 1 (CET1) das instituições devem observar determinadas condições, tais como a discricionariedade nos pagamentos de remuneração aos detentores destes instrumentos; -----

----- **B.** A flexibilidade, nomeadamente no que concerne à afetação dos resultados do exercício, implica a inexistência de quaisquer disposições estatutárias que limitem uma decisão discricionária; -----

----- **C.** Quanto a este tema, o n.º 2 do artigo 54.º dos Estatutos do Banco Comercial Português, S.A. (Banco) dispõe que: “2. A Assembleia Geral delibera livremente por maioria simples em matéria de distribuição dos lucros do exercício, sem sujeição a qualquer distribuição obrigatória, tendo presente a política de dividendos que em cada momento estiver em vigor.”; -----

----- **D.** Tendo o Banco de Portugal dirigido aos Bancos uma Carta Circular solicitando informação sobre se os respetivos estatutos garantiam a flexibilidade referida nas alíneas A) e B) supra, o Banco comunicou àquela autoridade de supervisão ser seu entendimento que tal estava assegurado, -----

----- **Propõe-se que,** não sendo recebida resposta à comunicação do Banco a confirmar o seu entendimento ou caso esta seja negativa, se delibere a alteração do n.º 2 do artigo 54.º dos Estatutos do Banco, passando a ter a seguinte redação: -----

----- **ARTIGO 54.º** -----

----- 1. (...) -----

----- 2. A Assembleia Geral delibera livremente por maioria simples em matéria de distribuição dos lucros do exercício, sem sujeição a qualquer distribuição obrigatória, tendo presente a política de dividendos que em cada momento estiver em vigor, a qual não afeta a plena liberdade de decisão da Assembleia Geral. -----

----- 3. (...) -----

----- 4. (...) -----

----- Lisboa, 11 de outubro de 2018” -----

----- Antes de dar início ao debate, o Presidente da Mesa recordou que a proposta em debate havia estado à disposição para consulta dos Acionistas, com respeito pelos prazos legais e esclareceu igualmente que não fora recebida até à data qualquer carta do Banco de Portugal a confirmar a desnecessidade da alteração proposta, pelo que se a proposta fosse aprovada produziria efeitos imediatos. -----

----- O Presidente da Mesa acrescentou que a proposta em debate já havia sido objeto de explicação detalhada na intervenção inicial do Dr. Miguel Maya, pelo que considerava não haver necessidade de defesa da mesma pelos proponentes. -----

----- No debate que se seguiu, usaram da palavra dois acionistas, que colocaram questões



relacionadas com as propostas submetidas à Assembleia Geral, tendo um deles, o Dr. Sequeira Braga apresentado um requerimento à Mesa da Assembleia Geral a solicitar que lhe fosse disponibilizada cópia da lista de presenças. -----

-----O Dr. Nuno Amado e o Dr. Miguel Maya responderam a todas as questões colocadas e esclareceram todas as dúvidas suscitadas pelos Acionistas. -----

-----Ninguém mais desejando usar da palavra, o Presidente da Mesa deu por encerrado o debate. -----

-----Por último, o Presidente da Mesa informou que iria submeter à votação a proposta, sublinhando que a mesma carecia de ser aprovada por dois terços dos votos emitidos e que seria utilizada a forma de votação aberta. -----

-----Realizada a votação da proposta relativa ao **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos – **“Deliberar sobre a alteração do contrato de sociedade, por modificação do n.º 2 do artigo 54º dos Estatutos do Banco”** – e encontrando-se presentes ou representados acionistas com direito a 9.384.860.899 votos (62,093868% do capital social), verificou-se que a proposta em votação havia sido aprovada por maioria de 99,908407% dos votos expressos, com 9.374.000.327 votos a favor, 8.593.760 votos contra e zero votos nulos, tendo-se absterido de votar acionistas detentores de 2.266.812 votos. -----

-----Concluída a votação, a Mesa proclamou os respetivos resultados, que haviam entretanto sido projetados para a sala. -----

-----O Presidente da Mesa pôs à discussão a proposta relativa ao **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos – **Reformular as rubricas do capital próprio com a finalidade especial do reforço inequívoco de condições futuras de existência de fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, mediante redução da cifra do capital social em 875.738.053,72 euros, sem alteração do número de ações (sem valor nominal) existentes e sem alteração da situação líquida, com consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade** –, tendo esclarecido que a alteração proposta está sujeita a autorização prévia da entidade de supervisão, que, não tendo ainda sido recebida, será considerada tacitamente concedida se até ao dia 22 de novembro não for rececionada qualquer comunicação em contrário. -----

-----O Presidente da Mesa referiu também que a proposta de redução do capital já havia sido objeto de explicação detalhada na intervenção inicial do Dr. Miguel Maya, considerando-se assim devidamente fundamentado o seu teor. -----

-----Seguidamente, usou da palavra a Prof. Dr. Cidália Lopes que, em representação da Comissão de Auditoria, declarou a conformidade da proposta de redução do capital social, em apreciação, com as normas contabilísticas aplicáveis, tendo a Comissão de Auditoria ponderado, designadamente, a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34), tal como adotada na União europeia, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas intercalares condensadas do Banco, relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, e o relatório emitido pelo Auditor Independente em 27 de setembro de 2018, mais confirmava que, após a redução proposta, a situação líquida da sociedade excederá o novo capital em mais de 20%. -----

-----O Presidente da Mesa colocou então em debate a proposta apresentada pelo Conselho de Administração, que em seguida se transcreve:-----

-----**“Considerando:**-----

-----A. Que apesar dos resultados líquidos positivos registados pelo Banco Comercial Português, S.A. a partir do exercício de 2015 terem já permitido acumular resultados transitados positivos, estes, em conjunto com o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco e as reservas, não são ainda suficientes para permitir a existência de fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis;-----

-----B. Que é de manifesto interesse social, dentro do permitido por lei, criar condições de futura existência de fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, que possibilitem a eventual futura: remuneração aos titulares de instrumentos financeiros, já emitidos ou a emitir, cuja colocação dependa da existência de tais fundos; distribuição de resultados pelos colaboradores; e decisão de distribuição de dividendos e, sem prejuízo de ser respeitado o princípio de que a situação líquida da sociedade fique a exceder a nova cifra do capital social em, pelo menos, 20%; -----

-----C. Que a reformulação das rúbricas do capital próprio do Banco Comercial Português, S.A., possibilitará a existência de fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, sem que tal reformulação altere a situação líquida ou o número de ações;-

-----**Propõe-se seja deliberado:** -----

-----1) Reformular as rubricas do capital próprio com a finalidade especial do reforço inequívoco de condições futuras de existência de fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, mediante redução da cifra do capital social em 875.738.053,72 euros, sem alteração do número de ações (sem valor nominal) existentes e sem alteração da situação líquida, a qual ficará a exceder o novo capital social em mais de vinte por cento, com a conseqüente redução do *rácio* entre capital social e número de ações emitidas;-----

-----2) Que os termos e procedimentos processuais da redução do capital social, sem prejuízo de afetação que seja legalmente imperativa, e incluindo os relacionados com o tratamento e afetações contabilísticas, sejam fixados pelo Conselho de Administração; -----

-----3) Alterar, conseqüentemente, o n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade, o qual, com a execução integral do deliberado nos pontos anteriores passará a ter a seguinte nova redação: -----

-----**“Artigo 4.º**-----

-----1. O Banco tem o capital social de 4.725.000.000,00 de euros, correspondendo a 15.113.989.952 ações nominativas escriturais sem valor nominal, integralmente subscritas e realizadas.”-----

-----4) Que a presente deliberação fique sujeita à condição suspensiva de concessão da competente autorização da Entidade de Supervisão. -----

-----Lisboa, 11 de outubro de 2018”.-----

-----Como ninguém desejasse usar da palavra para a discussão da proposta, o Presidente

da Mesa colocou a proposta à votação, esclarecendo que a mesma carecia de ser aprovada por dois terços dos votos emitidos e que seria utilizada a forma de votação aberta. -----

----- Realizada a votação relativa à proposta do **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos – **“Reformular as rubricas do capital próprio com a finalidade especial do reforço inequívoco de condições futuras de existência de fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, mediante redução da cifra do capital social em 875.738.053,72 euros, sem alteração do número de ações (sem valor nominal) existentes e sem alteração da situação líquida, com consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade.”** – e encontrando-se presentes ou representados acionistas com direito a 9.384.860.899 votos (62,093868% do capital social), verificou-se que a proposta em votação havia sido aprovada por maioria de 99,854846% dos votos expressos, com 9.367.567.027 votos a favor, 13.617.172 votos contra e zero votos nulos, tendo-se absterido de votar acionistas detentores de 3.676.700 votos. -----

----- Concluída a votação, a Mesa proclamou os respetivos resultados, que haviam entretanto sido projetados para a sala. -----

----- Por último, o Presidente da Mesa agradeceu a presença e participação de todos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a sessão, dela se tendo elaborado a presente ata, que, tendo sido lavrada pela Dra. Ana Pina Cabral, foi por ela e pelo Dr. Pedro Rebelo de Sousa aprovada e assinada. -----

----- **ANEXO 1** -----

----- **À ATA N.º 53** -----

----- **DO LIVRO DE ATAS DA ASSEMBLEIA GERAL DO** -----

----- **BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.** -----

Estatutos do Banco Comercial Português, S.A. na sequência da aprovação das alterações propostas no Ponto Um e Ponto Dois da Ordem de Trabalhos: -----

----- **“ESTATUTOS** -----

----- **DO** -----

----- **BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.** -----

----- **Capítulo I – Firma, natureza, regime e objeto social** -----

----- Artigo 1.º (Firma, natureza e regime) -----

----- Artigo 2.º (Sede, filiais, sucursais e outras formas de representação) -----

----- Artigo 3.º (Objeto social) -----

----- **Capítulo II – Capital social e emissão de valores mobiliários** -----

----- Artigo 4.º (Capital social) -----

----- Artigo 5.º (Aumento do capital social por deliberação do Conselho de

Administração) -----

----- Artigo 6.º (Participações qualificadas) -----

----- Artigo 7.º (Outros valores mobiliários) -----

----- Artigo 8.º (Formas de representação) -----

----- **Capítulo III – Órgãos e corpos sociais** -----

-----	Secção I – Disposições gerais	-----
-----	Artigo 9.º (Órgãos e corpos sociais)	-----
-----	Artigo 10.º (Duração dos mandatos e confiança)	-----
-----	Artigo 11.º (Composição dos corpos sociais e designação dos seus membros)	-----
-----	Artigo 12.º (Independência)	-----
-----	Secção II – Remunerações e previdência	-----
-----	Artigo 13.º (Conselho de Remunerações e Previdência)	-----
-----	Artigo 14.º (Competência)	-----
-----	Artigo 15.º (Remuneração dos Administradores)	-----
-----	Artigo 16.º (Caução)	-----
-----	Artigo 17.º (Segurança social e complementos)	-----
-----	Artigo 18.º (Atas)	-----
-----	Capítulo IV – Assembleia Geral	-----
-----	Artigo 19.º (Composição)	-----
-----	Artigo 20.º (Mesa)	-----
-----	Artigo 21.º (Participação)	-----
-----	Artigo 22.º (Representação)	-----
-----	Artigo 23.º (Competência)	-----
-----	Artigo 24.º (Quórum constitutivo)	-----
-----	Artigo 25.º (Quórum deliberativo)	-----
-----	Artigo 26.º (Cômputo dos votos)	-----
-----	Artigo 27.º (Voto por correspondência e voto por meios eletrónicos)	-----
-----	Capítulo V – Conselho de Administração	-----
-----	Artigo 28.º (Composição)	-----
-----	Artigo 29.º (Presidente e Vice-Presidentes)	-----
-----	Artigo 30.º (Suspensões e Substituições)	-----
-----	Artigo 31.º (Reuniões)	-----
-----	Artigo 32.º (Deliberações)	-----
-----	Artigo 33.º (Administração da sociedade)	-----
-----	Artigo 34.º (Competência)	-----
-----	Artigo 35.º (Comissão Executiva)	-----
-----	Artigo 36.º (Vinculação)	-----
-----	Artigo 37.º (Comissões ou comités especiais)	-----
-----	Capítulo VI – Comissão de Auditoria	-----
-----	Secção I – Disposições gerais	-----
-----	Artigo 38.º (Composição)	-----
-----	Artigo 39.º (Competências da Comissão de Auditoria)	-----
-----	Capítulo VII – Comissão de Avaliação de Riscos	-----
-----	Artigo 40.º (Composição)	-----
-----	Artigo 41.º (Competências)	-----



-----**Capítulo VIII – Comissão de Nomeações e Remunerações**-----

-----Artigo 42.º (Composição)-----

-----Artigo 43.º (Competências)-----

-----**Capítulo IX – Comissão de Governo Societário, Ética e Deontologia**-----

-----Artigo 44.º (Composição)-----

-----Artigo 45.º (Competências)-----

-----**Capítulo X – Conselho Estratégico Internacional**-----

-----Artigo 46.º (Designação e funções)-----

-----**Capítulo XI – Revisor Oficial de Contas**-----

-----Artigo 47.º (Designação e funções)-----

-----**Capítulo XII – Sistemas de Controlo Interno e de Comunicação de**-----

-----**Irregularidades**-----

-----Artigo 48.º (Instituição)-----

-----Artigo 49.º (Sistema de controlo interno)-----

-----Artigo 50.º (Sistema de gestão de riscos)-----

-----Artigo 51.º (Monitorização e auditoria interna)-----

-----Artigo 52.º (Comunicação Interna de irregularidades)-----

-----Artigo 53.º (Avaliação)-----

-----**Capítulo XIII - Lucros, dissolução e arbitragem**-----

-----Artigo 54.º (Aplicação dos lucros)-----

-----Artigo 55.º (Dissolução)-----

-----Artigo 56.º (Arbitragem)-----

-----**Capítulo I**-----

-----**Firma, natureza, regime e objeto social**-----

-----Artigo 1.º-----

-----**Firma, natureza e regime**-----

1. O Banco Comercial Português, S.A., adiante designado Banco, é uma sociedade anónima de direito português.-----

2. O Banco rege-se pelas normas da União Europeia, pelas leis bancárias e comerciais aplicáveis e pelos presentes estatutos.-----

3. Os preceitos dispositivos da lei podem ser derogados por deliberação dos sócios.-----

4. Todas as remissões feitas expressamente para normas legais em vigor entendem-se reportadas às leis que as venham a substituir.-----

-----Artigo 2.º-----

-----**Sede, filiais, sucursais e outras formas de representação**-----

1. O Banco tem a sua sede na Praça D. João I, 28, união das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Porto.-----

2. O Conselho de Administração pode deslocar a sede dentro do território nacional.-----

3. O Conselho de Administração pode ainda criar, modificar ou extinguir filiais, sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação.-----

-----Artigo 3.º-----

-----Objeto social-----

O Banco visa o exercício da atividade bancária, com a latitude permitida pelas leis. -----

-----Capítulo II-----

-----Capital social e emissão de valores mobiliários-----

-----Artigo 4.º-----

-----Capital social-----

1. O Banco tem o capital social de 4.725.000.000,00 euros, correspondendo a 15.113.989.952 ações nominativas escriturais sem valor nominal, integralmente subscritas e realizadas. -----

2. O Banco pode emitir ações ordinárias ou com direitos especiais, designadamente preferenciais com ou sem voto, remíveis com ou sem prémio ou não remíveis e quaisquer outras.-----

3. As ações ordinárias conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si, independentemente do seu valor de emissão.-----

4. O disposto no número anterior aplica-se às ações com direitos especiais, dentro das categorias respetivas. -----

5. Na medida e com os limites legalmente previstos, a Assembleia Geral pode, deliberando nos termos do Artigo 25.º, n.º 3 do contrato de sociedade, aprovar a divisão, ou o reagrupamento com ou sem redução do capital social, das ações representativas do capital social do Banco.-----

-----Artigo 5.º-----

-----Aumento do capital social por deliberação do Conselho de Administração-----

1. O Conselho de Administração, precedendo parecer favorável da Comissão de Auditoria, pode deliberar o aumento do capital social, por uma ou mais vezes, até ao limite do montante do capital atual ou do capital existente aquando de eventuais renovações desta autorização.---

2. Os aumentos referidos no número anterior operam por emissão de novas ações, que podem ser de uma ou mais categorias permitidas pela lei ou pelos estatutos, com ou sem prémio de emissão. -----

3. O Conselho de Administração fixa as condições da emissão ou das emissões, bem como os termos do exercício da preferência dos acionistas na sua subscrição, salvo limitação ou supressão deliberada pela Assembleia Geral.-----

4. A atribuição preferencial não subscrita pelos acionistas pode ser oferecida à subscrição de terceiros, nos termos permitidos por lei e na deliberação de emissão. -----

5. Exclusivamente no que respeita a eventual aumento ou aumentos de capital que venham a ser deliberados pelo Conselho de Administração, com parecer favorável da Comissão de Auditoria, por conversão de créditos de que o Estado possa vir a ser titular em resultado de execução de garantias prestadas ao abrigo da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro, e que sejam legalmente considerados como aumentos de capital em numerário, a autorização prevista no n.º 1 tem um limite máximo, autónomo e adicional, igual a duas vezes o montante



do capital social do Banco atual, ou do capital existente aquando das eventuais renovações desta autorização, não contando estes eventuais aumentos por conversão de créditos do Estado para efeitos de utilização do montante máximo estabelecido no n.º 1, e podendo as ações a emitir ser ações preferenciais, nos termos legal e estatutariamente previstos. -----

-----**Artigo 6.º**-----

-----**Participações qualificadas**-----

1. Quem, direta ou indiretamente, adquira ou aliene uma participação igual ou superior a 2% do capital social do Banco, deve comunicá-lo ao Conselho de Administração, no prazo de três dias úteis.-----

2. O disposto no número anterior aplica-se: -----

a) A quem ultrapasse ou reduza a sua participação relativamente aos limites fixados no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e no Código de Valores Mobiliários, quanto a participações qualificadas; -----

b) A quem se encontre nalguma das situações referidas no artigo 26.º. -----

3. As comunicações previstas no número anterior devem ser anteriores ao exercício dos direitos sociais. -----

-----**Artigo 7.º**-----

-----**Outros valores mobiliários**-----

1. O Banco pode, por deliberação da Assembleia Geral ou, nos termos legais e estatutários, do Conselho de Administração, emitir outros valores mobiliários e, designadamente: -----

a) Obrigações, nas diversas modalidades admitidas em direito; -----

b) Warrants autónomos, sobre quaisquer valores mobiliários próprios ou não; -----

c) Outros valores que traduzam situações jurídicas homogêneas, suscetíveis de transmissão em mercado. -----

2. À emissão, por deliberação do Conselho de Administração, de valores mobiliários que impliquem ou possam implicar o aumento de capital do Banco aplica-se, ainda, o disposto no artigo 5.º. -----

-----**Artigo 8.º**-----

-----**Formas de representação**-----

Os valores mobiliários emitidos pelo Banco podem revestir qualquer das formas de representação admitidas por lei. -----

-----**Capítulo III**-----

-----**Órgãos e corpos sociais**-----

-----**Secção I – Disposições gerais**-----

-----**Artigo 9.º**-----

-----**Órgãos e corpos sociais**-----

1. São órgãos sociais do Banco: -----

a) a Assembleia Geral; -----

b) o Conselho de Administração; -----

c) a Comissão de Auditoria; -----

2. O Banco dispõe ainda de um revisor oficial de contas. -----
3. Para efeitos dos presentes estatutos, são considerados corpos sociais, além dos referidos nos números anteriores, a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho de Remunerações e Previdência e o Conselho Estratégico Internacional. -----

-----Artigo 10.º-----

-----**Duração dos mandatos e confiança**-----

1. Os membros dos corpos sociais são designados para mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos, uma ou mais vezes. -----
2. Os membros designados em substituição ou suplementarmente completam os mandatos em curso. -----
3. Em cada reunião anual da Assembleia Geral do Banco deve ser expressamente votada uma deliberação de confiança relativamente a cada um dos membros do Conselho de Administração, sob pena de destituição, nos termos da lei. -----

-----Artigo 11.º-----

-----**Composição dos corpos sociais e designação dos seus membros**-----

1. Os corpos sociais, na falta de fixação legal ou estatutária, têm o número de membros que resulte da deliberação de eleição ou de deliberação intercalar específica da assembleia geral. -
2. O disposto no número anterior não prejudica a alteração, no decurso do mandato e até ao limite legal ou estatutário, do número de membros do corpo em causa. -----
3. As eleições pluripessoais são feitas por listas, incidindo o voto apenas sobre estas. -----
4. As listas, com indicação dos acionistas proponentes, devem ser apresentadas na sede social, com a antecedência legal relativamente à data fixada para a reunião da Assembleia Geral em cuja ordem do dia esteja incluída a eleição de membros dos órgãos sociais, por comunicação dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, acompanhada dos elementos mencionados no artigo 289º, nº 1, alínea d), do Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo da substituição de membros em caso de morte ou impedimento, a qual deve ser imediatamente comunicada, com os necessários elementos de informação. -----

-----Artigo 12.º-----

-----**Independência**-----

1. Para efeitos dos presentes estatutos, consideram-se independentes as pessoas que não estejam associadas a qualquer grupo de interesses específicos no Banco, nem se encontrem em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão. -----
2. Os critérios de independência são fixados pelo corpo social em causa, devendo ser expressamente fundamentados sempre que se afastem de recomendações legal ou regulamentarmente aplicáveis. -----

-----**Secção II – Remunerações e previdência**-----

-----Artigo 13.º-----

-----**Conselho de Remunerações e Previdência**-----

1. O Conselho de Remunerações e Previdência é composto por três a cinco membros, designados pela Assembleia Geral. -----

2. Poderão ser membros do Conselho de Remunerações e Previdência pessoas que desempenhem funções de administrador, desde que não integrem a Comissão Executiva. ----

3. Os membros do Conselho de Remunerações e Previdência que não sejam administradores são remunerados de acordo com o deliberado em Assembleia Geral. -----

-----Artigo 14.º-----

-----**Competência**-----

Compete ao Conselho de Remunerações e Previdência:-----

a) Fixar as remunerações dos titulares de corpos sociais do Banco; -----

b) Determinar os termos dos complementos de reforma, por velhice ou invalidez, dos administradores;-----

c) Submeter, à Assembleia Geral anual, uma declaração sobre a política de remuneração dos órgãos sociais do Banco, de acordo com as regras e tendo em conta as recomendações aplicáveis.-----

-----Artigo 15.º-----

-----**Remuneração dos Administradores**-----

1. A remuneração dos administradores executivos é constituída por uma parcela fixa e uma parcela variável.-----

2. A fixação do seu montante deve ser feita para cada administrador, tendo em conta, designadamente, os interesses de médio e de longo prazo do Banco e o não-incentivo à assunção excessiva de riscos. -----

3. A soma das parcelas da remuneração variável dos diversos administradores deve respeitar os limites legais, não podendo exceder 200% da respetiva remuneração fixa, nem 2% dos resultados consolidados do Grupo, devendo a respetiva fixação e atribuição respeitar as regras aplicáveis, nomeadamente as relativas ao deferimento, equilíbrio entre numerário e outros instrumentos, mecanismos de redução e de reversão.-----

4. A remuneração dos administradores que não integrem a Comissão Executiva consiste numa quantia fixa. -----

-----Artigo 16.º-----

-----**Caução**-----

A caução obrigatória a prestar pelos administradores rege-se pelos preceitos vigentes, fixando-se o seu montante obrigatório no mínimo legal. -----

-----Artigo 17.º-----

-----**Segurança social e complementos**-----

1. Os administradores beneficiam do regime de segurança social que, caso a caso, seja aplicável. -----

2. Os administradores têm, ainda, o direito a um complemento de reforma por velhice ou invalidez, podendo o Banco realizar contratos de seguro a seu favor. -----

3. Por acordo com cada administrador, o contrato de seguro pode ser substituído por contribuições para um fundo de pensões de contribuição definida. -----

4. O montante das contribuições do Banco, no âmbito dos dois números anteriores é fixado

anualmente pelo Conselho de Remunerações e Previdência.-----

5. O Banco não assume encargos adicionais com os complementos de reforma, após a cessação das funções de cada administrador.-----

6. A efetivação do direito ao complemento depende de o beneficiário passar à situação de reforma por velhice ou por invalidez, ao abrigo do regime de segurança social que lhe for aplicável.-----

7. No momento da passagem à situação de reforma, o beneficiário pode optar pela remição do capital se e na medida em que o contrato subjacente à alternativa por si escolhida o permitir.-----

8. Em caso de morte antes da passagem à situação de reforma, mantém-se o direito ao reembolso do capital acumulado, o qual segue os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis.-----

-----Artigo 18.º-----

-----Atas-----

1. Das reuniões dos diversos corpos sociais são sempre lavradas atas, assinadas por todos os presentes e das quais constem, para além dos diversos elementos identificativos, as deliberações tomadas e os votos emitidos.-----

2. As atas da Assembleia Geral observam regras próprias, legais e estatutárias.-----

-----Capítulo IV-----

-----Assembleia Geral-----

-----Artigo 19.º-----

-----Composição-----

1. As deliberações dos acionistas do Banco são tomadas em Assembleia Geral, na base de um voto por cada ação.-----

2. Participam na Assembleia Geral, diretamente ou por representante, as pessoas que sejam acionistas até às zero horas do quinto dia de negociação anterior ao da realização da assembleia.-----

3. Havendo contitularidade de ações, participa na Assembleia o representante comum.-----

4. O usufrutuário e o credor pignoratício participam nos termos previstos na lei.-----

5. Devem estar presentes, na Assembleia Geral, os administradores, os membros dos demais corpos sociais e, nas assembleias anuais, o revisor oficial de contas.-----

6. Podem estar presentes, na Assembleia Geral, os representantes comuns dos titulares de ações preferenciais sem voto e dos obrigacionistas.-----

7. Podem assistir aos trabalhos quaisquer outras pessoas autorizadas ou convidadas pelo Presidente da Mesa, designadamente técnicos do Banco, para melhor esclarecimento de pontos em discussão.-----

-----Artigo 20.º-----

-----Mesa-----

1. A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, por um Vice-Presidente e pelo Secretário da Sociedade.-----



2. O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos pela Assembleia, devendo ser independentes.
3. Compete ao Presidente da Mesa convocar a Assembleia, fixar o dia e o local da reunião, bem como a ordem do dia, organizar a lista de presenças, dirigir com eficácia e imparcialidade os trabalhos, afastar as matérias dilatórias ou inoportunas, constatar a legalidade das propostas, decidir, no que lhe caiba, o tipo de votação, proceder a votações, conferir os votos, validar os votos telemáticos ou por correspondência, proclamar os resultados, superintender na feitura da ata e exercer as demais competências atribuídas pela lei e pelos presentes estatutos. -----
4. O Presidente da Mesa pode ser ouvido sobre quaisquer assuntos relevantes para o Banco, por iniciativa do Presidente do Conselho de Administração ou do Presidente da Comissão de Auditoria. -----
5. O Vice-Presidente substitui o Presidente nos seus impedimentos. -----
6. O secretário secretaria as reuniões da Assembleia Geral e é responsável pelo processo de elaboração da ata. -----
7. À Mesa da Assembleia Geral são disponibilizados os recursos humanos e logísticos de apoio adequados às suas necessidades. -----

-----**Artigo 21.º**-----

-----**Participação**-----

1. Os acionistas que reúnam as condições previstas no artigo 19.º, n.º 2, destes estatutos e pretendam discutir e votar na Assembleia, devem, até ao dia de negociação anterior às 0h do quinto dia de negociação anterior ao da reunião, comunicá-lo por escrito ao Presidente da Mesa e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta.-----
2. O intermediário financeiro deve, por seu turno, enviar ao Presidente da Mesa, até ao fim do quinto dia de negociação anterior ao da reunião, uma comunicação com o número de ações registadas em nome do seu cliente, por referência à data do registo. -----
3. Quem, tendo declarado a sua intenção de participar na Assembleia, nos termos do n.º 1, transmita a titularidade das suas ações entre a data de registo e o fim da reunião, deve comunicá-lo, de imediato, ao Presidente da Mesa e à CMVM. -----
4. As diversas comunicações podem ser feitas por correio eletrónico. -----

-----**Artigo 22.º**-----

-----**Representação**-----

1. Os acionistas podem fazer-se representar por pessoas com capacidade jurídica plena, mediante comunicação, postal ou eletrónica, dirigida ao Presidente da Mesa, recebida até às 17 horas do penúltimo dia útil anterior ao da reunião e da qual constem todos os elementos identificativos do representante e do representado. -----
2. Os acionistas podem indicar, alternativa ou sequencialmente, mais de um representante, mas a representação só pode, em cada momento, ser exercida por uma única pessoa, salvo quando diversamente previsto na lei. -----

-----**Artigo 23.º**-----

-----**Competência**-----

A Assembleia Geral do Banco assume a competência que lhe é conferida pela lei e pelos presentes estatutos cabendo-lhe, em especial: -----

- a) Eleger os membros da respetiva Mesa; -----
- b) Eleger os membros do Conselho de Administração, o seu Presidente e os Vice-Presidentes, se os houver; -----
- c) Eleger os membros do Conselho de Remunerações e Previdência; -----
- d) Eleger, sob proposta da Comissão de Auditoria, o revisor oficial de contas; -----
- e) Deliberar, sob proposta da Comissão de Auditoria, sobre a escolha do auditor externo; -----
- f) Deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e a proposta de aplicação dos resultados; -----
- g) Proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização do Banco, com a amplitude legal; -----
- h) Deliberar sobre matérias de gestão, a pedido do Conselho de Administração. -----

-----**Artigo 24.º**-----

-----**Quórum constitutivo**-----

- 1. A Assembleia Geral delibera, em primeira convocação, quando estejam presentes ou representados acionistas titulares de mais de um terço do capital social. -----
- 2. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar seja qual for o número de acionistas presente ou representados e o montante do capital que lhes couber. -----

-----**Artigo 25.º**-----

-----**Quórum deliberativo**-----

- 1. A Assembleia Geral do Banco delibera por maioria dos votos validamente emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada. -----
- 2. As abstenções não são contadas. -----
- 3. As deliberações sobre a alteração dos presentes estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira ou em segunda convocação e independentemente do número de acionistas presentes ou representados em qualquer delas, salvo o disposto nos dois números seguintes. -----
- 4. As deliberações sobre a fusão, a cisão ou a transformação do Banco devem ser aprovadas por três quartos dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira ou em segunda convocação e independentemente do número de acionistas presentes ou representados em qualquer delas, salvo se respeitarem a fusões por incorporação de sociedades dele dependentes ou de cisões para constituição de sociedades dele dependentes, com incorporação, nelas, de património seu. -----
- 5. As deliberações das alterações do contrato de sociedade que envolvam a alteração do número anterior, ou dos artigos 15.º, 17.º n.º1, 26.º ou 55.º dos presentes estatutos, assim como do presente número, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, ou pelo número superior que conste dos preceitos a alterar, com observância da limitação de contagem prevista nestes estatutos. -----

-----**Artigo 26.º**-----

-----**Cômputo dos votos**-----

1. Não são contados os votos emitidos por um acionista, diretamente ou por representante: ---
 - a) que excedam 30 % dos votos correspondentes ao capital social; -----
 - b) que excedam a diferença entre os votos contáveis emitidos por outros acionistas que, com o acionista em causa, se encontrem e, sendo o caso, na medida em que se encontrem, em qualquer das relações previstas no número 2 deste artigo, e 30 % da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. -----
2. Para efeitos da alínea b) do número anterior consideram-se abrangidos:-----
 - a) Os votos correspondentes a ações detidas por pessoas que, para com ele, estejam incursas no artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários, com as delimitações do artigo 20.º-A do mesmo diploma;-----
 - b) Os votos de acionistas que, num contexto de oferta pública de aquisição ou de troca relativa a valores mobiliários emitidos pelo Banco: -----
 - i) Cooperem ativamente com o oferente tendo em vista assegurar o êxito da oferta; ou-----
 - ii) Se encontrem, para com ele, nalguma das situações abrangidas pela alínea a) do presente número. -----
3. As limitações resultantes do número anterior têm aplicação proporcional a cada um dos abrangidos, em função do número de votos a exercer. -----
4. As limitações constantes deste artigo aplicam-se em quaisquer deliberações, incluindo as previstas no artigo 386.º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais.-----

-----**Artigo 27.º**-----

-----**Voto por correspondência e voto por meios eletrónicos**-----

1. Os votos podem ser comunicados por correspondência ou por meios eletrónicos, ao Presidente da Mesa, com a antecedência mínima por este fixada em cada convocatória e recaem sobre todos os pontos dela constantes. -----
2. A presença, na Assembleia Geral, do acionista ou do seu representante, implica a revogação das comunicações por ele feitas, nos termos do número anterior.-----
3. Os votos por correspondência ou por meios eletrónicos valem para efeitos de quorum constitutivo ou deliberativo e são computados como de abstenção, perante propostas anteriores sobre que não incidam e como negativos, quanto a propostas posteriores ao momento da sua emissão.-----
4. Compete ao Presidente da Mesa verificar, antes da convocação da Assembleia, a disponibilidade de meios que garantam a autenticidade e a regularidade dos votos emitidos ao abrigo deste artigo, assegurando a sua confidencialidade até ao momento da votação. -----

-----**Capítulo V**-----

-----**Conselho de Administração**-----

-----**Artigo 28.º**-----

-----**Composição**-----

1. O Conselho de Administração do Banco é composto por um mínimo de 15 e um máximo de 19 membros, eleitos pela Assembleia Geral.-----

2. Um dos administradores pode ser eleito isoladamente, nos termos do artigo 392.º, n.º 1 a n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais.-----

3. Caso a Assembleia Geral não eleja o número máximo de membros referido no número anterior, pode o Conselho de Administração, na medida do legalmente permitido, cooptar novos membros, até aquele limite, submetendo a cooptação a ratificação na primeira assembleia geral seguinte.-----

-----**Artigo 29.º**-----

-----**Presidente e Vice-Presidentes**-----

1. O Presidente do Conselho de Administração é designado pela Assembleia Geral que proceda à eleição.-----

2. Nos mesmos termos, podem ser designados até cinco Vice-Presidentes que, pela ordem da eleição, substituem o Presidente nos seus impedimentos.-----

3. Na ausência de designação pela Assembleia Geral ou na ausência de quem a Assembleia Geral tiver designado, compete ao Conselho de Administração escolher, entre os seus membros e consoante os casos, um novo Presidente ou novos Vice-Presidentes, submetendo-os a ratificação da Assembleia Geral seguinte.-----

-----**Artigo 30.º**-----

-----**Suspensões e Substituições**-----

1. A Comissão de Auditoria pode suspender justificadamente das suas funções qualquer administrador ou aceitar pedidos de suspensão formulados pelo próprio e fixar o seu estatuto durante a suspensão.-----

2. O administrador que, tendo sido convocado e sem justificação aceite pelo próprio Conselho, incorra em três faltas consecutivas ou em cinco interpoladas, perde o seu mandato. A perda é declarada pelo Conselho de Administração.-----

3. Ocorrendo perda de mandato, nos termos do número anterior ou por quaisquer outras causas, ou verificando-se um impedimento temporário justificado, procede-se à substituição, nos termos legais.-----

-----**Artigo 31.º**-----

-----**Reuniões**-----

1. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo Presidente ou por outros dois administradores e, pelo menos, uma vez em cada dois meses.-----

2. A convocação é feita por escrito, podendo ser usados meios telemáticos.-----

3. Qualquer administrador pode fazer-se representar por outro administrador, mediante carta dirigida ao Presidente e que só pode ser usada uma vez.-----

4. Cada membro só pode representar outro.-----

5. As reuniões podem realizar-se por meios telemáticos, sendo assegurada a autenticidade das declarações, a segurança e a confidencialidade das intervenções e o registo do seu conteúdo.-----

6. O Conselho de Administração aprova o seu regimento, bem como o das suas Comissões Especializadas.-----

-----**Artigo 32.º**-----

-----**Deliberações**-----

1. O Conselho de Administração só delibera estando presente ou representada, diretamente ou por via telemática, a maioria dos seus membros.-----
2. As deliberações são tomadas por maioria, cabendo ao Presidente ou a quem o substitua, voto de qualidade.-----

-----**Artigo 33.º**-----

-----**Administração da sociedade**-----

O Conselho de Administração é o órgão de governo do Banco cabendo-lhe, nos termos das leis e dos estatutos, definir as políticas gerais e os objetivos estratégicos do Banco e do Grupo e assegurar toda a atividade operacional que não esteja cometida a outros órgãos, dentro das regras mais exigentes da boa prática bancária. -----

-----**Artigo 34.º**-----

-----**Competência**-----

Sem prejuízo para o disposto no artigo anterior compete, em especial, ao Conselho de Administração: -----

- a) Gerir o Banco, praticando, em seu nome e por sua conta, todos os atos e operações permitidos em Direito; -----
- b) Adquirir, onerar ou alienar quaisquer direitos ou bens, móveis ou imóveis, sempre que o entenda conveniente para a sociedade; -----
- c) Decidir quanto à participação do Banco no capital de outras sociedades, reguladas pela lei geral ou por leis especiais, independentemente do seu objeto, em agrupamentos complementares de empresas ou em qualquer outra forma de associação de empresas; -----
- d) Mobilizar recursos financeiros e realizar todas as operações de crédito não proibidas por lei;-----
- e) Deliberar ou propor a emissão de ações, de obrigações e de outros valores mobiliários, nos termos da lei e dos presentes estatutos, fixar as suas condições e realizar, com eles, todas as operações permitidas em Direito, respeitando quaisquer limites que hajam sido fixados pela Assembleia Geral; -----
- f) Elaborar e executar o plano de expansão do Banco, dentro e fora da União Europeia e com especial atenção aos Países Lusófonos;-----
- g) Contratar os empregados e colaboradores do Banco, acordar os seus vencimentos, regalias sociais e outras prestações e exercer os poderes diretivo e disciplinar;-----
- h) Constituir mandatários com ou sem faculdade de substabelecer, para o exercício de atos determinados ou de categorias de atos e definir a extensão dos poderes respetivos; -----
- i) Representar o Banco em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo assumir obrigações, propor e seguir pleitos, desistir ou transigir em processo ou fora dele, comprometer-se em árbitros e assinar termos de responsabilidade;-----
- j) Delegar, em algum ou alguns dos seus membros, poderes de gestão e de representação, para atos isolados ou para categorias de atos; -----

- k) Ratificar quaisquer atos que, em seu nome, o Presidente ou quem o substitua devam levar a cabo, em situações de urgência; -----
- l) Fixar a organização e os métodos de trabalho do Banco, elaborar regulamentos e determinar as instruções que julgar convenientes; -----
- m) Elaborar os documentos previsionais da atividade do Banco e os correspondentes relatórios de execução, bem como todos os documentos de prestação de contas;-----
- n) Cooperar estreitamente com os demais órgãos do Banco, à luz das boas práticas de governo societário;-----
- o) Contratar e substituir, sob proposta da Comissão de Auditoria, o auditor externo escolhido nos termos do artigo 23.º, alínea e), destes Estatutos; -----
- p) Designar o secretário da sociedade e o respetivo suplente;-----
- q) Executar e fazer cumprir as regras legais e estatutárias aplicáveis, bem como as deliberações da Assembleia Geral. -----

-----Artigo 35.º-----

-----**Comissão Executiva**-----

1. Compete ao Conselho de Administração delegar a gestão corrente do Banco numa Comissão Executiva, bem como encarregar especialmente algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias de administração. -----
2. O Presidente, caso não tenha sido indicado pela Assembleia Geral, eventuais vice-presidentes e os restantes membros da Comissão Executiva são escolhidos pelo Conselho de Administração de entre os seus membros, devendo a mesma ser composta por um mínimo de seis e um máximo de sete administradores.-----
3. O Conselho de Administração fixa as atribuições da Comissão Executiva, podendo delegar nela todas as matérias que entenda conveniente, com respeito pelos limites legais à delegação. -----
4. O Presidente da Comissão Executiva, que tem de voto de qualidade, deve:-----
 - a) Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à atividade e às deliberações da Comissão Executiva;-----
 - b) Assegurar o cumprimento dos limites da delegação e da estratégia do Banco; -----
 - c) Coordenar as atividades da Comissão Executiva, dirigindo as respetivas reuniões e velando pela execução das deliberações. -----
5. A Comissão Executiva funciona, em princípio, segundo o definido para o Conselho de Administração, sem prejuízo das adaptações que o Conselho de Administração delibere introduzir a esse modo de funcionamento. -----
6. O Conselho de Administração pode autorizar a Comissão Executiva a encarregar um ou mais dos seus membros de se ocuparem de certas matérias e a subdelegar em um ou mais dos seus membros o exercício de alguns dos poderes que lhe sejam delegados. -----

-----Artigo 36.º-----

-----**Vinculação**-----

1. O Banco vincula-se, perante terceiros, pela assinatura: -----



- a) Do Presidente do Conselho de Administração em conjunto com outro administrador que seja membro da Comissão Executiva; -----
- b) De dois administradores que sejam membros da Comissão Executiva; -----
- c) De um administrador, em quem tenham sido delegados poderes para o ato; -----
- d) De um administrador e um mandatário, nos termos do mandato deste; -----
- e) De um ou mais mandatários, nos termos e no âmbito dos respetivos poderes de representação. -----

2. Nos atos de mero expediente, o Banco obriga-se pela assinatura de qualquer administrador ou de um procurador com poderes bastantes. -----

-----Artigo 37.º-----

-----**Comissões ou comités especiais**-----

1. Quando a Assembleia Geral não o tenha feito, o Conselho de Administração criará uma Comissão de Avaliação de Riscos que acompanhará e monitorizará a estratégia e a apetência pelo risco, uma Comissão de Nomeações e Remunerações para acompanhar e monitorizar os temas relativos a seleção, avaliação e política remuneratória quer ao nível dos Órgãos Sociais quer dos colaboradores, designadamente os qualificados como dirigentes, e uma Comissão de Governo Societário, Ética e Deontologia para acompanhar e monitorizar temas relacionados com a adoção das melhores regras de bom governo, ética e deontologia.-----

2. As Comissões referidas no número 1. serão compostas exclusivamente por Administradores sem funções executivas. -----

3. O Conselho de Administração pode ainda aprovar a constituição de outras Comissões, com ou sem a presença dos seus membros, para acompanhar de forma permanente certas matérias específicas definindo as respetivas competências. -----

4. Os membros das Comissões referidas nos números anteriores podem, ainda, receber poderes de representação devidamente explicitados. -----

5. O Presidente do Conselho de Administração poderá participar nas reuniões de todas as Comissões, não tendo contudo direito de voto quando não for membro das mesmas. -----

-----**Capítulo VI**-----

-----**Comissão de Auditoria**-----

-----Artigo 38.º-----

-----**Composição**-----

1. A fiscalização da sociedade compete a uma Comissão de Auditoria, eleita pela Assembleia Geral, e composta por um mínimo de três e um máximo de cinco membros, um dos quais será o seu Presidente.-----

2. Os membros da Comissão de Auditoria são designados em conjunto com os demais administradores, devendo as listas propostas para o Conselho de Administração discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria e indicar o respetivo Presidente. -----

3. O Presidente da Comissão de Auditoria, bem como a maioria dos seus membros devem ser independentes e um deles deverá ter curso superior adequado ao exercício das suas funções e

conhecimentos em auditoria ou contabilidade. -----

4. Cabe ao Presidente da Comissão de Auditoria convocar e dirigir as reuniões da Comissão de Auditoria, dispondo de voto de qualidade. -----

5. A Comissão de Auditoria reúne-se, ordinariamente, pelo menos, uma vez em cada dois meses, e sempre que o Presidente o entender ou algum dos restantes membros o solicitar. ----

6. As reuniões podem realizar-se por meios telemáticos, sendo assegurada a autenticidade das declarações, a segurança e a confidencialidade das intervenções e o registo do seu conteúdo. -----

7. Para que a Comissão de Auditoria possa deliberar, é necessário a presença da maioria dos seus membros. -----

8. O membro da Comissão de Auditoria que, tendo sido convocado e sem justificação aceite pela própria Comissão, incorra em três faltas consecutivas ou em cinco interpoladas, perde o seu mandato. A falta definitiva deve ser declarada pela Comissão de Auditoria, devendo proceder-se à substituição nos termos legais. -----

-----Artigo 39.º-----

-----**Competências da Comissão de Auditoria**-----

Para além das restantes competências que lhe sejam atribuídas por lei, cabe à Comissão de Auditoria, em particular: -----

a) Fiscalizar a administração do Banco; -----

b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;-----

c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;-----

d) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas; -----

e) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;-----

f) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores do Banco ou outros; -----

g) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;-----

h) Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas e do auditor externo; --

i) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas do Banco;-----

j) Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas e do auditor externo, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;-----

l) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica do Banco; --

m) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou dos estatutos. -----

-----**Capítulo VII**-----

-----**Comissão de Avaliação de Riscos**-----

-----Artigo 40.º-----

-----**Composição**-----



1. A Comissão de Avaliação de Riscos acompanhará e monitorizará a estratégia e a apetência da sociedade pelo risco, sendo composta por três a cinco administradores sem funções executivas, sendo a maioria dos seus membros independentes. -----
2. O Presidente da Comissão de Avaliação de Riscos deve ser independente e não pode presidir ao Conselho de Administração ou a qualquer outra das suas Comissões. -----
3. Os membros da Comissão de Avaliação de Riscos devem possuir conhecimentos, competências e experiência adequados para poderem compreender inteiramente e monitorizar a estratégia de risco e a apetência pelo risco por parte do Banco. -----

-----Artigo 41.º-----

-----**Competências**-----

Para além de outras competências conferidas por lei ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração, cabe à Comissão de Avaliação de Riscos, em particular:-----

- a) Aconselhar o Conselho de Administração sobre a estratégia e políticas relativas à assunção, gestão, controlo e redução dos riscos a que o Banco está ou possa vir a estar sujeito, incluindo os resultantes da conjuntura macroeconómica em que atua.-----
- b) Auxiliar o Conselho de Administração na supervisão da execução da estratégia de risco do Banco;-----
- c) Analisar e afetar recursos adequados à gestão dos riscos regulados no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e demais legislação nacional e europeia em vigor; -----
- d) Analisar se os produtos e serviços oferecidos aos clientes têm em consideração o modelo de negócio e a estratégia de risco do Banco; -----
- e) Examinar se os incentivos estabelecidos na política de remuneração do Banco têm em consideração o risco, o capital, a liquidez e as expectativas quanto aos resultados. -----

-----**Capítulo VIII**-----

-----**Comissão de Nomeações e Remunerações**-----

-----Artigo 42.º-----

-----**Composição**-----

1. A Comissão de Nomeações e Remunerações é composta por três a cinco administradores sem funções executivas. -----
2. O Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações deve ser independente; -----
3. Pelo menos um dos membros da Comissão de Nomeações e Remunerações deve possuir conhecimentos, competências e experiências adequados para o exercício das funções. -----

-----Artigo 43.º-----

-----**Competências**-----

Para além de outras competências conferidas por lei ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração, cabe à Comissão de Nomeações e Remunerações, em particular:

- a) Identificar e recomendar ao Conselho de Administração os candidatos a cargos nesse órgão, avaliar a composição do mesmo em termos de conhecimentos, competências, diversidade e experiência, elaborar uma descrição das funções e qualificações para os cargos

em questão e avaliar o tempo a dedicar ao exercício da função;-----
b) Avaliar, com uma periodicidade, no mínimo, anual, a estrutura, a dimensão, a composição e o desempenho do Conselho de Administração e formular recomendações ao mesmo com vista a eventuais alterações; -----

-----**Capítulo IX**-----

-----**Comissão de Governo Societário, Ética e Deontologia**-----

-----**Artigo 44.º**-----

-----**Composição**-----

A Comissão de Governo Societário, Ética e Deontologia é composta por três a cinco administradores sem funções executivas. -----

-----**Artigo 45.º**-----

-----**Competências**-----

Para além de outras competências que lhe venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração, cabe à Comissão de Governo Societário, Ética e Deontologia, em particular: -

- a) Recomendar a adoção pelo Conselho de Administração de políticas em consonância com princípios éticos e deontológicos e as melhores práticas em matéria de governo societário;----
- b) Apoiar o Conselho de Administração na avaliação dos sistemas de identificação e resolução de conflitos de interesses; -----
- c) Avaliar a função de controlo do cumprimento (compliance), apreciando os procedimentos instituídos e os incumprimentos verificados. -----

-----**Capítulo X**-----

-----**Conselho Estratégico Internacional**-----

-----**Artigo 46.º**-----

-----**Designação e funções**-----

1. O Conselho Estratégico Internacional é um órgão consultivo do Banco composto por representantes dos acionistas com participação qualificada e outras personalidades de reconhecido mérito com ligação a geografias relevantes para o Banco e o Grupo. -----
2. Com exceção dos membros por inerência, os restantes membros do Conselho Estratégico internacional, incluindo o respetivo Presidente, são nomeados pelo Conselho de Administração. -----
3. São membros por inerência do Conselho Estratégico Internacional, o Presidente do Conselho de Administração, o Presidente da Comissão Executiva e o Presidente da Fundação Millennium BCP. -----
4. Os Vice-Presidentes do Conselho Estratégico Internacional serão escolhidos pelos membros deste órgão. Os Vice-Presidentes, pela ordem da sua designação, substituem o Presidente nos seus impedimentos. -----
5. O mandato dos membros do Conselho Estratégico Internacional coincide com o mandato do Conselho de Administração. -----
6. O Conselho Estratégico Internacional reúne, pelo menos, duas vezes por ano e sempre que convocado pelo seu Presidente. -----

7. Compete ao Conselho Estratégico Internacional, em particular: -----
a) Analisar e refletir sobre a estratégia global do grupo e a estratégia para cada geografia, emitindo, sempre que entenda conveniente, recomendações ao Conselho de Administração. --
b) Acompanhar a evolução da implementação da estratégia de internacionalização e investimento do Grupo, emitindo, quando entenda conveniente, recomendações ao Conselho de Administração. -----

8. Os membros do Conselho Estratégico Internacional serão remunerados através de senhas de presença em valor a fixar pelo Conselho de Remunerações e Previdência.-----

-----**Capítulo XI**-----

-----**Revisor Oficial de Contas**-----

-----**Artigo 47.º**-----

-----**Designação e funções**-----

1. O revisor oficial de contas do Banco e o seu suplente são eleitos pela Assembleia Geral, sob proposta da Comissão de Auditoria. -----
2. O revisor oficial de contas exerce as funções previstas na lei e nos estatutos, podendo ainda ser ouvido sobre quaisquer assuntos, a pedido dos Presidentes do Conselho de Administração, ou de qualquer uma das suas Comissões. -----

-----**Capítulo XII**-----

-----**Sistemas de controlo interno e de comunicação de irregularidades**-----

-----**Artigo 48.º**-----

-----**Instituição**-----

1. O Banco dispõe de sistemas de controlo interno e de comunicação de irregularidades de elevada eficácia, de acordo com as mais exigentes práticas bancárias internacionais, competindo ao Conselho de Administração a responsabilidade pela sua implementação e manutenção, de modo adequado e efetivo.-----
2. Os sistemas são estabelecidos e dotados dos necessários meios humanos e materiais pelo Conselho de Administração. -----

-----**Artigo 49.º**-----

-----**Sistema de controlo interno**-----

1. O sistema de controlo interno compreende o conjunto de estratégias, políticas, sistemas, processos, regras e procedimentos estabelecidos no Banco com vista a garantir, designadamente: -----
a) Um desempenho eficiente e rentável da atividade, no médio e longo prazos, que assegure a utilização eficaz dos ativos e recursos, a continuidade do negócio através, nomeadamente, de uma adequada gestão e controlo dos riscos da atividade, da prudente e correta avaliação dos ativos e responsabilidades, bem como da definição de mecanismos de prevenção e proteção contra atuações não autorizadas, intencionais ou negligentes; -----
b) A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e os processos de controlo, tanto no nível interno como no externo; -----

c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, emanadas pelas entidades competentes, bem como pelas normas profissionais e deontológicas aplicáveis, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento, das orientações dos corpos sociais e das recomendações aplicáveis de entidades internacionais, de modo a preservar a imagem e a reputação do Banco. -----

2. O sistema de controlo interno tem por base um adequado ambiente de controlo, um sistema de gestão de riscos, um sistema de informação e de comunicação e um processo de monitorização que assegure as respetivas adequação e eficácia, de forma consistente e coerente em todas as áreas do Banco.-----

-----Artigo 50.º-----

-----**Sistema de gestão de riscos**-----

1. O sistema de gestão de riscos compreende um conjunto integrado de processos de carácter permanente que assegure uma compreensão apropriada da natureza e da magnitude dos riscos da atividade desenvolvida e permite a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos relevantes a que o Banco se encontra exposto, possibilitando o desenvolvimento adequado da sua estratégia. -----

2. O Banco mantém, com carácter permanente, a função de gestão de riscos incumbindo-lhe, designadamente, assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos. -----

3. O Banco desempenha, também com carácter permanente e independente, a função de controlo do cumprimento (compliance), competindo-lhe, designadamente, o acompanhamento e a avaliação dos riscos de incumprimento das obrigações e dos deveres a que, legalmente, se encontra sujeito.-----

-----Artigo 51.º-----

-----**Monitorização e auditoria interna**-----

1. O Banco mantém um processo de monitorização do sistema de controlo interno integrando as ações e as avaliações de controlo que permitam garantir a sua eficácia e a sua adequação.--

2. O Banco assegura, com carácter permanente e independente, uma função de auditoria interna responsável, designadamente, pelo exame e pela avaliação da adequação do sistema de controlo interno, nas suas diversas componentes e na sua globalidade.-----

-----Artigo 52.º-----

-----**Comunicação interna de irregularidades**-----

É aprovado, pelo Conselho de Administração, um regulamento de comunicação interna de irregularidades, obtido o parecer favorável da Comissão de Auditoria. -----

-----Artigo 53.º-----

-----**Avaliação**-----

1. O Banco designa uma entidade externa de reputação internacional consolidada, por deliberação do Conselho de Administração, precedendo parecer favorável da Comissão de Auditoria, que avalia a adequação e eficácia do sistema de controlo interno. -----

2. Nos termos referidos no número anterior, podem ser designados auditores externos ou outras entidades especializadas, para análise de questões setoriais.-----

3. A entidade designada pode ser ouvida sobre quaisquer assuntos do interesse do Banco, a pedido do Presidente do Conselho de Administração ou do Presidente da Comissão de Auditoria, bem como ser convidada para assistir, sem direito de voto, às reuniões desses órgãos.

Capítulo XIII

Lucros, dissolução e arbitragem

Artigo 54.º

Aplicação dos lucros

1. Os lucros líquidos apurados no balanço anual têm a aplicação determinada pela Assembleia Geral, deduzidas as verbas que, por lei especial, se destinam à constituição ou reforço de fundos de reserva e de garantia.

2. A Assembleia Geral delibera livremente por maioria simples em matéria de distribuição dos lucros do exercício, sem sujeição a qualquer distribuição obrigatória, tendo presente a política de dividendos que em cada momento estiver em vigor, a qual não afeta a plena liberdade de decisão da Assembleia Geral.

3. A Assembleia Geral pode fixar uma percentagem de lucros a distribuir pelos colaboradores do Banco, competindo ao Conselho de Administração, ouvida a Comissão de Nomeações e Remunerações, fixar os critérios dessa distribuição.

4. O Conselho de Administração, obtido o parecer do revisor oficial de contas, pode deliberar adiantamentos sobre lucros, nos termos e com os limites legais.

Artigo 55.º

Dissolução

O Banco dissolve-se nos casos previstos na lei ou mediante deliberação da Assembleia Geral, tomada por maioria qualificada de 3/4 dos votos representativos do capital realizado, observados os requisitos legais.

Artigo 56.º

Arbitragem

No caso de litígio entre o Banco e algum ou alguns dos membros dos seus corpos sociais, recorre-se a arbitragem nos termos do Regulamento de Arbitragem da Associação Comercial do Porto ou do Regulamento de Arbitragem da Associação Comercial de Lisboa, à escolha do demandante.”

Em tempo, consigna-se que relativamente ao requerimento referido na linha 2 (dois) da folha 38 (trinta e oito) do presente livro de atas e relativo ao ponto um da ata 53, a Mesa da Assembleia Geral assumiu o compromisso de analisar e responder ao requerimento em causa, informando que, tendo presente anteriores requerimentos deste acionista, solicitara à Comissão Nacional de Proteção de Dados, em 30.10.2018, a emissão de parecer quanto ao dever de divulgação de documentos que contêm informação relativa a dados pessoais dos acionistas

PRS

APC